

EDITORIAL

A presente edição da Revista Jurídica do Centro Universitário Curitiba e do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania teve como tema fundamental a interrelação entre Desenvolvimento, Sustentabilidade e Cidadania.

As relevantes contribuições dos colaboradores apresentam pesquisas e reflexões contemporâneas a partir de um olhar crítico, engajado e comprometido com o padrão de Pós-Graduação das Universidades Nacionais, cada vez mais reconhecido nas organizações sociais internacionais e nas Academias que há tempos se preocupam com o estudo da realidade brasileira.

Para tanto, contou com a participação de diversos autores de renome a partir de estudos sobre o tema proposto, bem como discussões fruto de seus respectivos grupos de pesquisa, estudos dirigidos, apresentações em eventos e congressos bem como temas de aula de Pós-Graduação.

As contribuições internacionais contam com três artigos.

A Prof.^a Dr.^a Elisabeth Accioly Rodrigues da Costa, no artigo *efetivação alternativa de conflitos: análise da atuação da Corte de Benelux* discute a importância da mesma para a resolução de controvérsias em blocos regionais e os motivos da relativização da metodologia empregada para tanto.

A Doutoranda Fernanda Sabah Gomes Soares, no artigo *La política comunitaria de inmigración en la Unión Europea* assenta sobre as políticas de imigração da União Europeia e como as mesmas podem vir a violar direitos humanos e fundamentais dos referidos imigrantes.

O Prof. Dr. Francesco Viganó, no artigo *Sobre las obligaciones de tutela penal de los derechos fundamentales la jurisprudência*, disserta sobre a obrigação da proteção criminal dos direitos fundamentais presentes da Jurisprudência do TEDH, assim como as obrigações convencionais relativas à proteção criminal desses direitos.

Iniciam-se as contribuições nacionais a partir de artigo da Universidade Federal do Pampa, representado pela Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia Pessoa e a Bacharel em Serviço Social Regina Fernandez, intitulado *limites e possibilidades no processo de trabalho dos cuidadores de idosos institucionalizados* abordando pesquisa realizada que teve como tema da intervenção dos denominados *cuidadores de idosos* junto aos Municípios da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Refletindo sobre desenvolvimento e análise econômica do Direito, o Prof. Dr. Everton das Neves Gonçalves, da Universidade Federal de Santa Catarina aborda a relação existente entre o Direito e a Economia, demonstrando interesses presentes nas demandas jurídico-econômicas, ressaltando a força da aplicação da Teoria Econômica na análise do Direito e vice-versa.

Representando o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito de Chapecó, o Prof. Dr. Frederico E.Z. Glitz discute o Direito Comercial Histórico a partir do artigo *Apontamentos sobre o conceito de Lex Mercatoria*, reforçando a ideia de que o conceito de *Lex Mercatoria* precisa ser reestruturado, uma vez que os fenômenos globalizantes acabaram por difundir ideias que exigem uma mudança paradigmática na compreensão dos institutos e figuras jurídicas disseminadas ao longo da afirmação da referida ordem jurídica estatutária.

Sob a orientação de pesquisa da Prof.^a Dr.^a Vanessa Hernandes Caporlingua, do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, resultou o artigo *Pensando com Bauman a consciência do operador jurídico na Educação Ambiental Transformadora* fruto dos trabalhos do Grupo de Pesquisa Direito e Educação Ambiental.

O Doutorando Msc. Wagner Watson de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, apresenta o artigo *O sistema mundial moderno e três perspectivas comparadas sobre evolução: as análises de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e José Luis Fiori* abordando desde a análise das tendências seculares do capitalismo bem como o caráter sistêmico do processo de transição hegemônica além das relações originais entre Poder e Capital.

Os artigos regionais iniciam-se com a contribuição do Prof. Dr. Cleber Sanfelici Otero e a Especialista Jussara Schmitt Sandri, Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, a partir da leitura do estudo *Função Social dos contratos e reprodução humana assistida no contexto dos direitos da personalidade*, no qual abordam a função social do contrato e a consequente ampliação da intervenção do Estado Democrático de Direito no âmbito das relações particulares no quesito da reprodução assistida.

O Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa e Willian Cleber Zolandeck, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, traz a tona a discussão da responsabilidade civil no artigo *Responsabilidade Civil do Estado por erro do Judiciário*, no qual abordou a evolução história e a natureza dessa responsabilidade no que diz respeito ao direito comparado, bem como sua recente alteração no ordenamento jurídico brasileiro.

As Professoras, Dr.^a Valéria Silva Galdino Cardin e a especialista Leticia Carla Baptista Rosa, Centro Universitário de Maringá – CESUMAR,

apresentam resultado de suas pesquisas a partir do artigo *Da realização do projeto homoparental em face a vulnerabilidade das crianças envolvidas*, abordando as alterações sociais e jurídicas do conceito de família, bem como as mudanças necessárias da família homoparental e sua importância da família para as crianças, independentemente de orientação sexual ou direitos do casal homoafetivo.

As contribuições dos Programas de Pós-Graduação e Universidades de Curitiba têm início com o artigo da Profa. Msc. Ângela Couto Machado Fonseca, *O homem da política: uma leitura de Aristóteles e Hobbes*, delinea traços do modelo de homem presente no pensamento aristotélico e no pensamento de Hobbes, com o intuito de tomar tais imagens de homem como fio condutor para a compreensão da dimensão política pertencente a cada um destes homens específicos, colocando no interior do ambiente político moderno e do tipo homem a ele inerente.

O Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes e seus acadêmicos bolsistas Ana Cláudia da Silva Carvalho e Ellen Cristine Santos Ferreira, no artigo *Os impactos no Mercosul a partir da Universidade Federal da Integração Latino Americana*, abordando como, quando e qual a importância da fundação da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana e seus principais reflexos na Economia e Sociedade Latino Americana.

A Prof.^a Dr.^a Larissa Ramina no artigo *Entre democracia e diretório nas relações internacionais: a criação do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados – CIRDI, a oposição dos estados latino-americanos e o princípio do esgotamento dos recursos internos* assenta sobre as possibilidades e limites entre democracia e diretório nas relações internacionais a partir da criação do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados – CIRDI. Ainda, visa compreender a oposição dos Estados Latino-Americanos e o Princípio do Esgotamento dos Recursos Internos, dentre os aspectos abordados, os limites do consentimento para a o exercício da jurisdição do CIRDI.

A Prof.^a Dr.^a Tatyana Sheila Friedrich, em coautoria com a bacharel em Direito Paula Ritzmann Torres no artigo *A regulamentação petrolífera no Brasil: relevância, posição atual e expectativas. Um estudo a partir da análise das crises do petróleo de 1970 e seus impactos no país*, tem como tema a matriz energética que é de extrema importância econômica, social, ambiental e, conseqüentemente, jurídica. Portanto, torna-se imprescindível avaliar a regulamentação vigente e as prospecções futuras sobre o arcabouço jurídico que envolve essa matriz, uma vez que ela é a principal fonte de energia brasileira desde 1960.

Por fim, as contribuições de nossos professores do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania:

O Prof. Dr. Carlyle Popp em coautoria com Msc. Ana Cecília Parodi no artigo *A atual concepção de patrimônio e o direito das coisas abordaram* uma releitura hermenêutica conceitual contemporânea das ideais de patrimônio, partindo, metodologicamente, do geral para o particular. Assim, partindo de uma visão constitucionalizada, pretendendo promover a valorização da pessoa humana.

O Prof. Dr. Fabio André Guaragni, em coautoria com a pós-graduanda Natália Brasil Dib, no artigo *O princípio da insignificância e os crimes contra a ordem tributária: linhas críticas à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça* aborda a aplicação do princípio da insignificância nos delitos contra a ordem tributária, destacando aspectos inerentes ao Direito Penal Moderno e seus deveres e limitações no Estado Democrático de Direito.

O Prof. Dr. José Edmilson de Souza-Lima, em coautoria com a Dra. Maria do Rosário Knechtel e a especialista Matilde de Paula Soares, no texto *O lugar da problemática ambiental nos cursos de Direito*, retrata o desconhecimento de alunos dos Cursos de Direito, em faculdades distintas, no que se refere a Legislação pertinente a Educação Ambiental e políticas similares.

O Prof. Dr. Luiz Antônio Câmara em coautoria com o Msc. Jorge Sebastião Filho, no artigo *Encontro fortuito da prova: considerações sobre a incidência de cautelas probatórias nos crimes contra a ordem econômica* ressalta a necessidade de delimitação do objeto e dos sujeitos da investigação frente às medidas cautelares probatórias de busca e apreensão (busca domiciliar) e interceptação das comunicações telefônicas através do estudo das teorias do encontro fortuito de provas ou desvio de vinculação causal na execução das referidas medidas cautelares.

O Prof. Dr. Mateus Siqueira Nunes Bertoncini e a acadêmica Andrea Muller, abordam em seu artigo intitulado *O balanço social como instrumento jurídico da cidadania* a origem, finalidade, conceito e conteúdo do instituto jurídico, sem deixar de lado sua importância como avanços de conquista social ainda que o processo legislativo a respeito do tema não tenha sido exaurido.

A Profa. Dra. Viviane Coelho de Séllos Knoerr em coautoria com a Profa. Msc. Mariane Shiohara, *O poder público e a coletividade na promoção de políticas públicas socioambientais municipais: O projeto “Seda Justa” no município de Nova Esperança* cuida da produção de artigo que aborda a possibilidade da união dos três poderes brasileiros, assim como do Ministério Público, para que se criem ações em prol da sustentabilidade socioambiental.

Certo do bom desempenho do produto deste trabalho no impacto dos artigos para as produções de teses, dissertações e pesquisa de área, apresenta-se a presente edição na estimativa de uma boa leitura.

Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka

Editor

Participaram como pareceristas da presente edição:

1. Anderson Lobato (Universidade Federal do Rio Grande /RS)
2. Caio Antunes (Universidade Federal de Goiás/GO)
3. Eder Dion de Paula Costa (Universidade Federal do Rio Grande /RS)
4. Fernando Perazzoli (Universidade do Contestado/SC)
5. Francisco Quintanilha Veras Neto (Universidade Federal do Rio Grande /RS)
6. Hugo Mezza Pinto (Faculdade Santa Cruz/PR)
7. Jaime Garcia Ruiz (Universidad Central Marta Abreu de Las Villas /CUBA)
8. Liana Maria da Frota Carleial (FAE/PR)
9. Ligia Melo de Casimiro (Universidade Estadual do Ceará/CE)
10. Luis Alexandre Carta Winter (Pontifícia Universidade Católica/PR)
11. Luis Fernando Vescovi (Universidade Comunitária Regional de Chapecó /SC)
12. Marco Antonio Lorga (Universidade de Cuiabá /MT)
13. Marco Antonio Villatore (Universidade Federal de Santa Catarina/SC)
14. Maria Rosária Barbato (Universidade Federal de Minas Gerais/MG)
15. Rafael Rodrigo Muller (Universidade do Extremo Sul Catarinense/SC)
16. Rui Carlo Dissenha (Universidade Positiva/PR)